

Para juízes e jornalistas, Justiça precisa se comunicar

Juízes e jornalistas concordam em uma coisa: faz bem para a Justiça, para a sociedade e para a democracia que juízes se comuniquem com jornalistas. “A divulgação dos atos institucionais do Judiciário não é mera opção política, mas obrigação”, disse o ministro e presidente do Superior Tribunal de Justiça, Raphael de Barros Monteiro Filho, na abertura do 3º Encontro de Assessores de Comunicação da Justiça Federal, nesta quinta-feira (27/3), em Brasília.

O encontro, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, reuniu para um debate, além de Barros Monteiro, que também preside o CJP, o ministro do STJ Gilson Dipp e o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil Walter Nunes. Pela imprensa falaram os jornalistas Fausto Macedo, do jornal *Estado de S. Paulo*, Silvana de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, Márcio Chaer, do site *Consultor Jurídico*, e Natalia Leite, do SBT.

Segundo Barros Monteiro, decisões judiciais têm impacto na economia, na política e na vida dos cidadãos, o que justifica sua mais ampla transparência e divulgação. Com ele concorda o jornalista Márcio Chaer, para quem o juiz tem um papel na sociedade e não apenas nos autos. “O juiz não está mais na torre de marfim. A Justiça brasileira mudou de endereço”.

De acordo com Chaer, o assessor de imprensa de tribunal não pode ser um burocrata, que trabalha com cartão de ponto. Os profissionais devem convencer o tribunal a se expor para a sociedade. Ele criticou assessorias que não passam nenhuma informação. “É triste. A história vai cobrar isso delas, eu espero”, disse. Ele garante que a criatividade do assessor pode gerar boas notícias.

Aversão a notícia

Para o jornalista Fausto Macedo, a aversão à imprensa ainda é cultura de juízes e desembargadores. Frequentemente imprecisões são levadas aos meios de comunicação pela falta de contato entre juízes e jornalistas. “Muitas vezes o juiz fica queimado porque não foi devidamente esclarecido o mérito de sua decisão”, afirma o repórter.

Fausto Macedo disse o que ele acredita ser o papel do assessor de imprensa do Judiciário: “O que nós (jornalistas) esperamos de vocês (assessores de imprensa) é que tentem, aos poucos, convencer os ministros, juízes e desembargadores a falar com a imprensa”.

Na cobertura do Judiciário há 12 anos, a jornalista Silvana de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, também defendeu uma comunicação mais intensa entre o juiz e o repórter. “É preciso trabalhar mais o ‘off’ de maneira responsável”, disse a jornalista lembrando que há como garantir informações seguras ao leitor e proteger o juiz. Silvana também ressaltou que assessores e jornalistas devem ser parceiros. “Há uma relação tensa entre o repórter e o assessor como se estivessem em lados opostos”, lembra.

A jornalista criticou a falta de informação e, sobretudo, a desinformação de algumas assessorias de imprensa. “A assessoria não pode tirar o repórter do caminho da apuração”, disse. Ela afirma que isso pode acontecer quando o jornalista busca a assessoria para informações de uma notícia que seria ruim

para a imagem da instituição. “A notícia ruim vaza e o tribunal pode ficar ainda pior se não se antecipar à sua divulgação. É melhor dar logo a explicação. É melhor falar do que esconder”, afirmou.

Natália Leite, apresentadora do programa de TV Via Legal, produzido pelo Centro de Produção de Programas da Justiça Federal (CPJUS) e, repórter do programa SBT Brasil, em Brasília, afirmou que a assessoria não pode “enrolar” o jornalista. Segundo Natália, a assessoria precisa dar posicionamentos, seja qual for, em tempo hábil. “Quando procurar a assessoria não resolve mais, é um problema”, disse.

Não estamos só

Para o ministro Gilson Dipp, o juiz não pode mais deixar de ser interlocutor com a sociedade. “Nossa justiça é transparente em seus julgamentos e deve o ser em sua comunicação”, afirmou. Ele sugeriu que os juízes tenham maior proximidade com assessores de imprensa, os consultando sobre como e quando devem falar com a imprensa. “Há judicialização da política e politização do Judiciário. Não estamos mais isolados e precisamos do apoio e do conhecimento das assessorias de imprensa”, disse.

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Walter Nunes lembrou que os juízes federais se sentem “desconfortáveis” com notícias negativas veiculadas na imprensa, principalmente no que se refere à área criminal. Segundo o juiz, as reportagens deixam margem à interpretação de que a Polícia Federal prende e o Judiciário solta. Ele sugeriu que esta e outras questões possam ser alvo de ações de comunicação que desmistifiquem esta imagem.

Antes do debate foi exibido vídeo produzido pelo CPJUS. O vídeo mostra, na voz de jornalistas de renome da mídia nacional, que a recusa dos juízes em dar declarações, muitas vezes, sem explicar os motivos pelos quais não é possível comentar o assunto, geram desconhecimento, desinformação e, por vezes, erro por parte da imprensa. Para o jornalista Heródoto Barbeiro, da Rádio CBN e TV Cultura, um dos entrevistados no vídeo, o juiz deve entender que ao falar com a imprensa ele está se dirigindo a toda a sociedade.

Date Created

27/03/2008